

BRASIL 81 PERSPECTIVAS e PROSPECTIVAS*

Fernando B. de Ávila

Todo regime procura estruturar-se conforme um modelo que lhe confira uma certa lógica operacional, um certo conjunto mais ou menos coerente de critérios de ação.

Um modelo é uma determinada articulação dos subsistemas de uma comunidade nacional em resposta aos desafios concretos que esta comunidade enfrenta.

Os modelos nascem à sombra de sistemas que são realidades mais complexas, abrangendo uma organização modelada da sociedade, como expressão ou encarnação de uma antropologia, de uma filosofia, de uma visão do homem e da sociedade.

Mesmo nascendo à sombra de sistemas, os modelos têm característi-

* Apresentação à Assembléia da CNBB, Itaici, Fevereiro 82.

(1) Sobre a temática dos sistemas e modelos, ver: Pierre Bigo e Fernando Bastos de Ávila SJ: *Fé Cristã e Compromisso Social*, Edições Paulinas, 1982.

cas que os distinguem destes últimos. Os modelos têm menor compromisso com a subjacência filosófica dos sistemas que os engendram; permitem-se absorver elementos alheios ao próprio sistema, quando tal absorção parece necessária ao desempenho que determinada conjuntura lhes impõem. Por esse mesmo motivo, os modelos, e aqui reside uma segunda característica que lhes é própria, têm menos estabilidade que os sistemas, ou melhor, são mais transitórios, em função das variações conjunturais que devem enfrentar. (1)

Sobre estas premissas, proponho-me, na presente comunicação, tentar analisar a configuração que assumiu o modelo brasileiro em 1981 e as prospectivas que para ele se abrem no ano entrante.

A análise me levará a deter-me no exame dos nossos subsistemas econômico, social e político em 1981, bem como nas tensões e fricções causadas ou exigidas pelo esforço de articulação desses subsistemas na coerência precária de um modelo.

O SUBSISTEMA ECONÔMICO

Ele abrange a área das relações de produção e tem por objetivo o desenvolvimento econômico.

Neste setor agravou-se o peso do que se pode chamar de estatismo econômico, em dois sentidos.

O primeiro sentido reporta-se às dimensões assumidas pelo Estado empresarial, que chegou a ter sob seu controle mais de 530 empresas, incluindo as estatais, para-estatais e subsidiárias. O próprio governo, preocupou-se com essa anomalia de um regime que se supõe capitalista.

Por um lado, criou um novo organismo, a SEST, Secretaria Especial de Controle das Estatais, por outro tentou um processo de privatização de empresas, mas com resultados modestos. O setor privado não correspondeu às boas intenções de um capitalismo estatal um tanto envergonhado. O desinteresse da iniciativa privada, ou sua incapacidade de absorver a privatização, foram explicados pela própria escassez de recursos do setor privado, comprimido por altas taxas de juros, acossado por uma tributação severa e implacavelmente pontual e principalmente credora de uma grande dívida governamental. Dentro das contradições do capitalismo estatal, o setor privado não comprou porque o Estado não pagou o que lhe devia.

Por outro lado, a expansão do Estado empresarial gerou resistências à privatização. A empresa estatal, cria largos espaços ao empreguismo, fator não desprezível em períodos pré-eleitorais, multiplicando assim o número dos interesses na continuidade de uma situação aprazível. O salário médio de um grande organismo estatal é de 280.000 cruzeiros, média salarial que levaria à falência qualquer organização privada, falência entretanto contra a qual as empresas públicas estão impune-mente abrigadas.

O estatismo econômico agravou-se em 1981 num segundo sentido: o Estado atribuiu-se crescente poder como administrador da sociedade: baixou normas pragmáticas, liberou setores às leis do mercado, para voltar ao controle de preços, reduziu subsídios liberando preços, ou conteve preços subsidiando custos; alocou recursos para uns setores e os reduziu para outros, definiu a política de investimento e a destinação dos recursos, captados ou de uma tributação sem controle fora das mesmas instâncias estatais, ou de um aumento da base monetária e dos meios de pagamento. A administração da sociedade deu a impressão de obedecer a um certo pragmatismo econômico, de uma versalidade pouco sensível às eventuais conseqüências do zigue-zague das medidas adotadas.

Entre as *causas* do agravamento do estatismo econômico teve preponderância a própria conjuntura econômica. A inflação, em março de 81 chegara a 121,2%, nível nunca atingido nem nos anos caóticos que procederam a revolução de 1964. A dívida externa era alta, aproximando-se, na mesma época, de 30 bilhões de dólares. O governo julgou-se obrigado a interferir mais energicamente no processo, para conduzi-lo em rédea mais curta, numa conjuntura internacional difícil. Agravou-se assim o estatismo econômico.

Os efeitos deste estatismo econômico foram ambíguos.

A inflação caiu abaixo dos três dígitos, mas a dívida externa se aproxima dos 70 bilhões de dólares, conquanto, graças a uma balança comercial favorável, a reserva monetária tenha aumentado para 7 bilhões de dólares.

Este resultado foi obtido por um alto preço interno, tanto econômico, quanto especialmente social.

O preço econômico, de sérios impactos sociais foi o que se conven-ciona chamar de stag-inflação. A inflação, mesmo a taxas decrescen-

tes, determinou um desaquecimento da economia, que, sem eufemismos, se revelou como uma verdadeira recessão ou estagnação. Desde 1947, quando se começou no Brasil a calcular o PIB (produto interno bruto) pela primeira vez esse índice foi negativo. O PIB, em 1981 não atingiu a cifra aproximada de 260 bilhões de dólares atingida em 1980. A recessão, analisada mesmo do ponto de vista puramente econômico, aciona um processo (perverso) de causação cumulativa: provoca o desemprego; o desemprego reduz a demanda global, essa redução por sua vez deprime mais ainda a recessão, aumentando o desemprego.

Outro resultado do processo do capitalismo estatal residiu no fato de que a administração da sociedade exigiu a expansão de uma máquina tecno-burocrática já muito complexa e de elevados custos de manutenção. O orçamento para 1982 prevê um aumento de 86% dos gastos estatais, atingindo recursos da ordem de mais de 16 trilhões de cruzeiros, além de perto de 200 bilhões a título de reserva de contingência, conforme dados do Orçamento Geral da União, publicado no Diário Oficial de 10 de dezembro de 1981.

Com isto, em 1982, mais de 50% dos investimentos no Brasil serão de origem estatal, notando-se porém que alta porcentagem destes investimentos é destinada a insumos básicos, indispensáveis ao setor privado.

O capitalismo estatal no Brasil nunca chegara a uma tal concentração política do poder econômico. A administração da sociedade evocou a imagem de uma espécie de sultanização. O administrador público dos altos escalões apareceu como um sultão que faz emergir magicamente verbas vultosas para projetos duráveis ou emergenciais, sobre cuja origem e aplicação o contribuinte vulgar não tem o menor controle ou sequer informação. Os meios de comunicação, gozando aliás de liberdade, permitiram vazamentos que levaram a suspeitar que as verbas nem sempre chegam às suas destinações oficiais. Mas logo os mesmos meios de comunicação transmitem a imagem dos porta-vozes oficiais, trazendo as explicações eruditas apresentadas ao público com uma seriedade digna de áugures romanos.

Deste panorama colhe-se a impressão de que, no subsistema econômico, a participação do povo, notadamente da população ativa, empresários e força de trabalho, foi imensa e quase nula. Foi imensa porque foi ele que produziu e pagou. Foi quase nula porque teve pouca possibilidade de se fazer ouvir pelos tecnocratas tutelares do modelo que definem as regras do jogo. Estas são monopólio da tecnocracia oficial

que, independentemente da sua competência e honestidade, é politicamente irresponsável. No período do autoritarismo, o fator político parecia o maior responsável pelo distanciamento entre o Estado e a nação. Hoje, com uma relativa abertura política, o desempenho do subsistema econômico parece ser o principal responsável pelo desgaste popular de nosso capitalismo estatal.

A cobertura do elevado orçamento de despesas, os compromissos com a dívida externa, a conjuntura internacional adversa, colocam o Brasil numa condição de fragilidade como negociador e de crescente dependência.

Esta dependência implica entre outras exigências, internamente: a garantia de estabilidade política e de controle social, o combate à inflação, forçando a poupança compulsória, o sacrifício do mercado interno para aumentar o volume das exportações, o aumento dos preços internos, a contenção da política salarial para assegurar a competitividade dos produtos exportáveis; externamente, a necessidade de captar maiores créditos no mercado financeiro para rolar a dívida externa, mas em condições cada vez mais desfavoráveis; aceitação da participação do capital externo nos grandes projetos com condições dificilmente negociáveis. Hoje, computando-se apenas os projetos de mais de um bilhão de dólares, o Brasil está comprometido com mais de 30 projetos, especialmente agro-industriais e extrativos. Projetos grandiosos, abrindo largos horizontes rasgados com o avançar dos tratores e o ruído das motosserras.

A única esperança incômoda foi a de certas Igrejas locais com seu irritante cantochão de denúncias de violações de direitos humanos, de direitos dos oprimidos, de opção pelos pobres, especialmente quando se captou neste cantochão um certo sotaque estrangeiro.

O processo vem consolidando uma situação de dependência com um aspecto que parece não preocupar devidamente ao nacionalismo oficial dos nossos negociadores. O Brasil está sendo empurrado para o setor de fornecimento de produtos agro-pecuários e de produtos de consumo corrente, enquanto os países desenvolvidos se reservam os setores da alta tecnologia. Como o setor que nos é reservado ou oferecido é precisamente o setor de baixa produtividade do trabalho, o saldo do processo é a continuidade da condição de subdesenvolvimento. A dependência financeira e tecnológica somam-se as dependências econômicas e sociais.

O SUBSISTEMA SOCIAL

Compreende a área das relações entre os diversos estamentos e setores da comunidade nacional. É o subsistema que puxa o modelo no sentido do desenvolvimento social. O objetivo do desenvolvimento social é o atendimento das carências básicas da população relacionadas especialmente com a alimentação, saúde, habitação, educação e emprego, bem como a participação mais adequada de todos nos resultados do esforço comum.

O subsistema social em 1981 sofreu fortes trações conflitantes dos demais subsistemas, com a agudização de problemas em algumas áreas que exigiriam uma análise mais detida. Refiro-me àquelas nas quais, me parece, tornaram-se mais sérios problemas de maior incidência pastoral.

Conflitos relacionados com a posse do solo.

Estes conflitos, em 1981, revelaram algumas características novas:

1ª - Quanto à posse do solo rural, eles aumentaram em número. Foram registrados mais de 900. Aumentaram também em intensidade, com maior número de vítimas e de prisões.

2ª - Os conflitos se transferiram também com mais intensidade para a posse e uso do solo urbano, onde assumiram com maior frequência a forma de invasões.

3ª - Tanto os conflitos rurais quanto os conflitos urbanos pela posse e uso da terra criaram áreas de atrito entre autoridades eclesásticas e autoridades civis e militares.

4ª - A aspereza do atrito pode aumentar as fricções, especialmente quando, como ocorreu em episódios conhecidos, estas últimas autoridades se revelam curiosamente preocupadas com a lei e a Igreja candidamente preocupada com o direito.

Estes fatos sugerem algumas reflexões que não esgotam o assunto.

1ª - Os conflitos rurais nunca tiveram origem em expedições organizadas por posseiros para expandir sua frente agrícola. Esses conflitos, na sua grande maioria, deram-se em áreas ocupadas pacificamente por posseiros por um prazo que, nos termos do Estatuto da Terra, já lhes

conferia o direito real sobre o solo. A expansão das frentes agrícolas arregimentou mercenários armados que não foram financiados pelos posseiros, mas pelo capital.

2ª - A intensificação dos conflitos levou as autoridades a acelerarem o processo de titulação de glebas e de revisão do instituto da usucapião rural. É certo que a mera titulação de terras devolutas ou desapropriadas não resolve o problema agrário brasileiro. Sem outras garantias, por exemplo, de organização de crédito e de preços, os titulares isolados não terão condições de resistir às pressões de toda a sorte e o risco é sério que, na melhor das hipóteses, acabem por vender a gleba para se instalarem mais longe ou reflúem para outros centros urbanos. Não vejo porém razões convincentes para atribuir à essa titulação intenções perversas, em nome, por exemplo, de um socialismo agrário que continua mal definido em seus contornos teóricos e mal sucedido em suas experiências concretas. A titulação, insuficiente em si mesma, pode ser necessária para uma organização cooperativa ou comunitária que surja das próprias bases.

3ª - Os conflitos urbanos, de efeitos sociais mais explosivos inspiram também um conjunto de reformas consubstanciadas num projeto governamental, que envolve inclusive a temática do usucapião. Subjacente a esses conflitos é mais forte a tensão entre lei e direito. O direito de propriedade é um direito natural. Quando o homem, compelido por forças que escapam a seu controle, busca o meio urbano para sobreviver, é portador de um direito inerente a sua natureza de ser humano, a uns palmos de terra onde se instalar. Esse direito natural esbarra com a lei positiva que preside à apropriação do solo. É bem soante a tese segundo a qual tudo deve ser feito dentro da lei, inclusive a reforma da própria lei, uma vez constatada sua inadequação à realidade. O que se omite é apenas o fato que a tese é válida onde existem mecanismos eficazes de participação e representatividade para a adequação da lei aos imperativos maiores e mais fundamentais do direito que dão validade à lei. Omite-se o fato que, sem tais mecanismos, a lei é feita por aqueles que a utilizam como defesa dos próprios interesses entre os quais se inclui obviamente o de não reformá-la no ritmo e no alcance exigidos pelos interesses do bem comum.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Em 1981, a lei do reajustamento semestral dos salários permitiu abreviar a queda do poder aquisitivo da população ativa de baixa renda. Com o aumento dos índices de preços observado no período, um rea-

justamento anual tornaria a vida dessa população intolerável. A lei funcionou assim como fator de uma certa redistribuição da renda.

O aspecto negativo dessa realocação da renda foi menos o seu discutível efeito inflacionário, — a inflação aliás caiu, — quanto a origem dos recursos, que penalizou especialmente a classe média, atingindo menos as grandes instituições financeiras, que parecem ter sido a única área beneficiada pelo processo inflacionário.

Infelizmente, no final do ano, o pacote previdenciário reduziu as vantagens da lei salarial, tanto pelo aumento da contribuição do trabalho, quanto pelo aumento da contribuição da empresa, aumento este inevitavelmente repassado aos preços ao consumidor.

No rateio geral dos resultados econômicos de 1981 entretanto pouco se alterou na redução dos índices de pobreza, de indigência e de miséria. Se a erosão do poder aquisitivo da pobreza foi menor, graças aos reajustamentos salariais, o desemprego atingiu mais impiedosamente a indigência e a miséria a ponto de torná-las mais visíveis a olho nu, no aumento da mendicância nos acampamentos debaixo de pontes e viadutos, na disputa noturna dos dejetos e monturos e nos altos índices de roubos e assaltos.

DESEMPREGO

O mais pesado impacto da recessão sofrida em 1981, foi sem dúvida sobre o nível do emprego. São muito inseguros os índices do desemprego, calculados sobre o fundo bastante impreciso do sub-emprego. Mas o fenômeno teve dimensões suficientes para impressionar a opinião pública e preocupar aos sindicatos, às autoridades responsáveis, ante as formas ostensivas de demissões em massa e os processos mais sutis de reduções programadas.

O desemprego assumiu características típicas, no ano passado.

A primeira foi que ele atingiu taxas nunca alcançadas no processo de nossa industrialização. Falou-se mesmo que, pela primeira vez, o Brasil enfrentava uma crise industrial. Estimativas plausíveis calculavam em cerca de 1 milhão o número de desempregados no ponto mais alto da crise, que parece revelar os primeiros sinais de declínio.

A segunda reside no fato do desemprego ter atingido não só a população ativa rural, onde o fenômeno tinha um caráter mais difuso, mas

centrou-se na mão de obra urbana.

O desemprego no meio urbano tem maior carga social e política. Num país onde não existe seguro-desemprego, a mão de obra urbana tem no salário a única fonte de subsistência do próprio trabalhador e de sua família. Não se deve esquecer um dado: foi no bojo de uma crise de desemprego que nasceu um partido, que começa a inquietar os condutores da estratégia política.

A EDUCAÇÃO

Apesar dos esforços empenhados, cresce a consciência de uma crise que ameaça de colapso o sistema educacional.

Em seus níveis inferiores, agravou-se o problema da evasão escolar, como efeito da ação cumulativa de dois fatores apontados como causas principais. O primeiro é o fator econômico. Numa conjuntura econômica difícil, as famílias pobres, de onde provém a maioria da população do ensino primário, ou não têm como comprar roupa, sapatos, material escolar para os filhos ou precisam de sua mão de obra para suprir às carências do orçamento familiar, a partir da idade em que o que podem ou esperam ganhar, compensaria a contribuição da merenda escolar. No Brasil, a população ativa é computada a partir dos 10 anos de idade conquanto a escolaridade obrigatória vá até os 14 anos. O segundo fator é de natureza didática ou pedagógica: o desinteresse das crianças por um ensino padronizado com escassa relação à realidade da vida que são obrigados a viver.

No nível médio, observa-se o fenômeno de uma crescente transferência do setor privado para o setor público. O fenômeno tem incidência direta sobre a pastoral da adolescência. É no setor privado que se situam os estabelecimentos de ensino da Igreja, conquanto através do ensino religioso e de professores católicos a Igreja esteja também presente no setor público. A transferência teria sido atribuída pelo Ministro da Educação a um conjunto de fatores: a liberdade da nação; estamos num país livre, cada um pode optar pelo setor de sua preferência; a eventual melhoria da rede pública de ensino. Não teria excluído contudo também a interferência do fator econômico: os pais mandam os filhos para a escola pública, porque não podem pagar o colégio particular. (Entrevista citada pelo JB de 15-1-82, p.7)

No nível superior, os problemas continuam a se fazer sentir nos dois lados do túnel. O engarrafamento na rampa estreita de acesso à uni-

versidade, com rejeição média de perto de 80% dos candidatos. O vassamento, na saída, de uma mão de obra inadequada às exigências do mercado, ou por deficiência de preparação para a integração na empresa ou pela plethora de jovens desempregados que não encontram oportunidades de trabalho nos centros urbanos nos quais se concentram. Por outro lado, chega a ser calamitosa a situação deficitária da maior parte das grandes universidades católicas.

Não há elementos quantitativos suficientes para avaliar um fenômeno que mereceria um estudo aprofundado. A desestabilização do sistema educacional estaria gerando uma certa deselitização do ensino, ou do acesso à cultura, ou mais exatamente, um revezamento de elites, como resultante de dois fatores. Por um lado, cresce o contingente da "jeunesse dorée" que é corroída pela curtição das drogas ou sucumbe aos atrativos do consumismo permissivo e se desinteressa pela formação universitária. A rotina das aulas, o enfado da aprendizagem sofrem a concorrência da prancha, do Windsurf,, da asa Delta, do esporte, da praia, dos acampamentos que preparam uma juventude sadia e ostensivamente satisfeita de sua própria ignorância e incultura.

Por outro lado, a premência da luta pela vida vem impulsionando os que emergem das bases mais modestas, da pequena classe média, que associam com freqüência, num esforço heróico, o trabalho e o estudo. Nas próprias bases, as nucleações comunitárias vêm formando novas elites populares dotadas de uma surpreendente capacidade de elaboração lógica e de verbalização.

O SUBSISTEMA POLÍTICO

Abrange a área das relações de poder no processo político e administrativo. Objetiva o desenvolvimento político da nação, na implementação do bem comum, através de mecanismos de participação, representatividade e legitimidade do exercício do poder.

A nação registrou a reiteração enfática da decisão presidencial de fazer deste país uma democracia, na seqüência de um processo de liberalização iniciado anteriormente, com a revogação do AI 5. A própria insistência enfática parece revelar a persistência da convicção presidencial implícita de que este país não é ainda uma democracia.

O problema que mais angustiou a nação no setor político foi a indefinição do projeto democrático. Há uma promessa de democracia, mas não se conhecem os contornos do projeto visado.

A indefinição abriu espaços para uma movimentação das oposições, com discretas cumplicidades do partido governamental, movimentações que pareceram exceder limites toleráveis, provocando uma brusca mudança de rota, com o chamado pacote de novembro, com a vinculação de votos e a proibição de coligações.

Criou-se uma situação de incoerência política dentro do regime, na relação entre os Poderes. O regime submete seus projetos políticos ao Congresso, o que alimenta a suposição de que o Executivo admite a competência legislativa do Congresso, no qual, com pequena margem, se assegurou uma maioria. Se o Congresso não aprova determinados projetos, como no caso da sub-legenda e da Previdência Social, mudam-se as regras do jogo, sem consulta nem do Congresso nem dos próprios líderes políticos do governo. As novas regras, entretanto, voltam a ser submetidas ao mesmo Congresso, cuja independência legislativa parecia derogada. Nele, porém, a maioria já devidamente disciplinada, garante a aprovação do projeto, mediante disciplinada deserção do plenário, por decurso de prazo.

Na indefinição do projeto democrático, os analistas políticos começam a descobrir certos pontos de referência confiáveis.

1º - Nada permite fazer suspeitar até agora a não realização das eleições em 82, não obstante alguns projetos julgados indecorosos de prorrogação de mandatos. O decoro entretanto é uma garantia frágil ante o desespero de um eventual ostracismo político.

2º - Não há nenhuma segurança de que também tenham se esgotado as mudanças de rota no processo político. A convicção de resultados ainda insatisfatórios das medidas adotadas poderá levar a novas medidas a serem garantidas pelos mesmos métodos, uma vez que a oposição chamada confiável implodiu com o pacote de novembro e a incorporação dos dois maiores partidos da oposição.

3º - A democracia tolerada deve ser submetida às exigências da Segurança Nacional, como as entende especialmente a comunidade de informação. O arquivamento do episódio do Rio Centro, deixou claro que existem exigências inegociáveis pelo regime.

4º - Entre essas exigências avulta a preservação das garantias do regime a curto prazo nas eleições de 82, com a formação de um colégio eleitoral que assegure, a médio prazo, a aceitação tranqüila do candidato a ser indicado para a eleição presidencial de 1984. Dentro das

atuais condições, está assim excluída qualquer veleidade oposicionista de realização, a curto e médio prazo de uma característica essencial da democracia: a possibilidade concreta de alternância do poder. Uma eventual mexicanização do regime, sob tutela militar, fica fora do cenário de médio prazo. Para o longo prazo, resta a lembrança realista e consoladora de Lord Keynes: no longo prazo, todos estaremos mortos.

5º - O ano de 1981, assistiu a uma significativa mudança nos processos para garantir o cumprimento desse cronograma político. Foram desativados os processos explosivos. Se não foi apurada a responsabilidade de nenhum atentado político, também nenhum outro aconteceu depois do episódio do Rio Centro. O fato deixou a persuasão de que não se trata de episódios esporádicos, mas controlados por um comando que aceitou a desativação. Uma intransigência parlamentar um tanto eufórica contribuiu para a frustração das esperanças depositadas na oposição confiável. O receio de uma radicalização conducente a um confronto plebiscitário nas eleições, motivou a adoção de um conjunto de medidas nos diversos subsistemas do modelo: na área política, o recurso ao casuísmo inaugurado bruscamente com o pacote de novembro; na área econômica, o repasse de enormes recursos para beneficiários públicos ou privados comprometidos com a estratégia; na área social a realização de um intenso e útil programa de projetos e mini-projetos de grande impacto social coincidente com o ano eleitoral, a curto prazo, ficando para médio prazo a inauguração de maxi-projetos.

6º - Por outro lado, a classe política desgastou-se muito perante a opinião pública, precisamente num ano em que a nação, decepcionada com os processos e os resultados das decisões tecnoburocráticas, começava a voltar suas esperanças para aquela classe. Esta deixou-se absorver pelas preocupações imediatistas das obstruções, coligações, incorporações, vinculações, prorrogações, legendas, sublegendas, e pareceu toda aplicada a uma aritmética eleitoral que revelava maior interesse em atender aos próprios problemas que aos problemas do povo. A elevação do nível do desempenho parlamentar a partir das reservas cívicas do próprio congresso nacional pareceu, mesmo a distintos líderes políticos uma façanha tão improvável como a de pretender decolar puxando os cadarços dos próprios sapatos.

CONCLUSÃO

O ano de 1981 foi um ano de consolidação do modelo brasileiro,

com maior integração de seus subsistemas. O subsistema político deu cobertura ao subsistema econômico, protegendo-se contra as eventuais tensões nascidas das insatisfações da área social. No momento em que o idealizador e o condutor da estratégia percebeu que as decisões econômicas escapavam de seu controle, afastou-se inopinadamente da cena. A área social continuou a ser mais sacrificada e os sacrifícios acumulados começam a ter impactos desestabilizadores do modelo. Os responsáveis por esse modelo não se deram ainda conta de que no ponto em que chegaram as coisas, a não erradicação da pobreza já está custando ao Brasil muito mais, em custos humanos, sociais, políticos, ecológicos e inclusive econômicos, do que custaria um projeto sensato de erradicação da mesma pobreza. Infelizmente é neste ponto que, entre a Igreja e o Estado há o risco de se desenrolar um diálogo de surdos. O Estado não consegue entender porque a Igreja não se incorpora aos que festivamente o enaltecem na celebração de grandes contratos na realização de projetos ciclópicos, na alocação de generosas beneficências sociais. O Estado considera África ou distoante a insistência da Igreja na necessidade da participação do povo, da promoção do homem, reivindicadas não como outorgadas complacentes mas como direitos inalienáveis. E a Igreja não entende que num país que possui o nono maior PIB do mundo, que é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, persistam e aumentem as carências básicas de alimentação, saúde, habitação e educação.

E há uma razão nova para esta atitude da Igreja. Na sua encíclica *Laborum Exercens*, no 12, publicada no ano mesmo que analisamos, o Santo Padre estabeleceu um princípio que deve constituir o critério básico para um modelo organizacional da sociedade: o princípio da prioridade do trabalho sobre o capital, trabalho no sentido amplo que lhe dá a encíclica, sem conotação classista. É e será cada vez mais por esse critério que a Igreja, atenta ao ensinamento do Papa, questiona e questionará o modelo brasileiro: como, uma sociedade que deve dar prioridade ao trabalho sobre o capital está enfrentando o problema da moradia, da alimentação, da saúde, da educação, do emprego, da participação, tal sociedade deveria proibir o voto do analfabeto? Como funcionaria a política fiscal, a política creditícia? Enfim, é um critério e o modelo brasileiro se ajustará ao princípio formulado pelo Papa na medida em que assumi-lo também como critério básico.

Num período pré-eleitoral, a Igreja afirmou seu intento de empenhar-se na educação política do povo, para despertá-lo para sua participação e autopromoção. Como instituição extrapola de sua missão qualquer opção político-partidária. Mas em nome desta mesma missão in-

cumbe-lhe o dever de colaborar na formação do senso de responsabilidade cívica e política dos cristãos. Sua atitude já lhe valeu acerbas críticas, no entanto ela se funda numa presunção absolutamente leal: ela acredita na intenção de fazer deste país uma democracia. Ora, não há democracia sem partidos, como não há democracia autêntica sem possibilidades reais de revezamento no exercício do poder. Na sua incurável ingenuidade, a Igreja deu e continua a dar um testemunho decisivo: ela acredita no homem, porque ela acredita em Cristo, *Redemptor Hominis*.